

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CII • Nº 167

Poder Executivo

Recife, 11 de setembro de 2025

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

REGIMENTO INTERNO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Art. 1º. O presente Regimento Interno tem por finalidade definir a estrutura e o funcionamento do comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em conformidade com a Lei 13.431/2017 e Decreto Federal nº 9.603/2018.

Capítulo I

Da Natureza e Finalidades:

Art. 2º. O comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, tem a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e aprimoramento da integração deste comitê.

Capítulo II

Da Composição:

Art. 3º. O comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, é composto por uma coordenação e membros titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:

Coordenação:

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA/PE.

Membros Governamentais:

I – Secretaria de Defesa Social de Pernambuco – SDS/PE
II – Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco – SES/PE
III – Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEE/PE
IV – Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas

V – Secretaria de Criança e Juventude de Pernambuco

VI – Secretaria da Mulher de Pernambuco

VII – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco e Prevenção às Violências – SJDPV/PE (Secretaria Executiva de Articulação e Prevenção Social ao Crime e à Violência – SEAPREV)

VIII – Universidade de Pernambuco – UPE

IX – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

X – Secretaria Executiva de Promoção da Equidade Social – SEPEs

XI – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE

Membros Sociedade Civil:

XII – Entidade representativa de Conselheiros Tutelares com regularidade jurídica

XIII – Conselho Regional de Medicina de Pernambuco

XIV – Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco

XV – Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco

XVI – Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco – OAB/PE

XVII – Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – FDCA/PE

XVIII – Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FEPETI

XIX – Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/PE

XX – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Pernambuco/PE

§ 1º. Os integrantes do Comitê são indicações das respectivas Secretarias e órgãos do estado de Pernambuco, que poderão ser substituídos, se houver necessidade.

§ 2º. A representação no Comitê não dá direito ao recebimento de qualquer espécie de remuneração ou subsídios para seus membros.

§ 3º. O Comitê poderá convidar outros representantes do governo estadual ou da sociedade civil para participarem das reuniões, com fins de contribuição para as Políticas Públicas voltadas à prevenção e proteção da criança e do adolescente.

Capítulo III

Das Atribuições:

Art. 4º. Considerando o Decreto 9.603/2018, ao comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência compete:

I - Definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:

Os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

A superposição de tarefas será evitada;

A cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;

Os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

O papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido.

Art. 5º. Para o cumprimento de sua finalidade e a realização de suas atribuições, adotará o Comitê, as seguintes diretrizes estratégicas para o fomento e discussão de fluxos de atendimento a partir dos seguintes procedimentos:

Acolhimento ou acolhida;

Escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

Atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

Comunicação ao Conselho Tutelar;

Comunicação à autoridade policial;

Comunicação ao Ministério Público;

Depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

Aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 1º. Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

Capítulo IV

Da Estrutura e Funcionamento:

Art. 6º. O comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência compor-se-á de:

Coordenação;

Membros;

Comissões;

Apoio Técnico.

Seção I

Da Plenária:

Art. 7º. A Plenária é o órgão decisório máximo e responsável pelas atribuições do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 8º. As sessões plenárias realizar-se-ão da seguinte maneira:

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 167

Poder Executivo

Recife, 11 de setembro de 2025

I.A sessão ordinária será realizada mensalmente, conforme calendário organizado e aprovado pelos membros.

II.Ocorrerá sessão extraordinária sempre que houver matéria urgente a ser examinada, sendo discutidos assuntos que determinaram a sua convocação.

III.A convocação extraordinária será realizada pela coordenação, em horário previamente estabelecido, através dos meios de comunicação.

IV.As reuniões da plenária serão convocadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, através de mensagem, acompanhada da pauta de reunião.

V.O início dos trabalhos será no horário marcado com a presença mínima de um terço de seus componentes em primeira chamada e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número.

§1º-As sessões plenárias constarão da pauta comunicada na convocação. I - O expediente abrangerá:

a)Leitura, discussão e validação dos encaminhamentos da sessão anterior;

b)Avisos, comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse da plenária;

c)Outros assuntos de caráter geral do interesse do Comitê Estadual.

§2º- A pauta compreenderá as temáticas apresentadas para a discussão na plenária que compreenderá a apresentação e discussão da matéria levada à plenária pela coordenação do Comitê.

Art. 9º- As deliberações serão tomadas e validadas coletivamente:

I Da maioria simples dos seus integrantes presentes à sessão plenária, relativamente às matérias comuns e extraordinárias;

II De 2/3 dos presentes à sessão plenária, relativamente às propostas de alteração do presente Regimento.

Seção II

Das Comissões:

Art. 10- As Comissões são os Grupos de Trabalho – GT's responsáveis pela elaboração das propostas de diretrizes relativas à orientação das demandas e estruturas das políticas públicas voltadas a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes;

Art. 11- A constituição, temática e composição das Comissões serão propostas por escrito, de forma fundamentada, e protocoladas pelos representantes elencados no art. 3º deste Regimento, isoladamente ou em grupo, junto a coordenação, com antecedência de 10 (dez) dias à data da realização da sessão plenária para validação e encaminhamentos.

§1º - Cada Comissão será responsável por uma temática estabelecida pela plenária.

§2º - O Funcionamento interno das Comissões será organizado pelos seus membros, que escolherão seu coordenador (a) dentre os seus participantes, observado o Regimento Interno do Comitê.

§3º- As proposições, feitas pelas Comissões, citadas nos incisos I e II deste artigo, serão apresentadas à coordenação, com antecedência de 10 (dez) dias à data da sessão plenária e serão submetidas à deliberação da mesma.

Seção III

Da Coordenação e apoio técnico:

Art. 12- Junto ao Comitê Estadual funcionará a coordenação técnica, integrada por um coordenador, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA/PE, com as seguintes atribuições:

I.Organizar a pauta das reuniões da plenária e em consonância com as determinações de cada encontro;

II.Preparar e expedir a correspondência e tratar do expediente de todos os órgãos do Comitê;

III.Exercer as atividades de apoio administrativo às reuniões da plenária e dos projetos institucionais;

IV.Zelar pela organização, guarda e manutenção dos materiais produzidos ou endereçados ao Comitê ou a qualquer dos seus órgãos;

V.Auxiliar na organização da retaguarda necessária à realização de eventos promovidos pelo Comitê ou por qualquer de seus órgãos;

VI.Exercer outras atribuições a partir de novas demandas.

Capítulo IV

Das Disposições Gerais:

Art. 13- O comparecimento dos membros das organizações pertencentes ao Comitê Estadual será comprovado pela assinatura em documento próprio para este fim.

Art. 14- As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pela plenária do Comitê Estadual.

Art. 15- Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 167

Poder Executivo

Recife, 11 de setembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=IU3MI3L2RK-R4SRRRKAFM-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

IU3MI3L2RK-R4SRRRKAFM-P2TH9ZW2VI

